



PARA ALÉM DE KEYNES: KALECKI, COMPLEXIDADE E SUBDESENVOLVIMENTO

Resumo

Partindo da Abordagem da Complexidade e de sua aplicação ao desenvolvimento, o artigo destaca a contribuição teórica de Michal Kalecki. Argumenta-se que são observáveis elementos de complexidade desde a sua teoria macroeconômica até sua teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Por isso, apesar de sua menor fama relativa, Kalecki parece ter ido além de Keynes.

Palavras chave: Kalecki; complexidade; subdesenvolvimento.

Abstract

Taking the complexity approach and its application to development as a starting point, the article highlights the theoretical contribution of Michal Kalecki. It is argued that there are observable elements of complexity from his macroeconomic theory to his theory of development and underdevelopment. Therefore, despite his lesser relative fame, Kalecki seems to have gone beyond Keynes.

Keywords: World-System analysis; core-periphery; international political economy; capitalism; market economy; international relations.

FERNANDA GRAZIELLA CARDOSO

Doutora em Economia das Instituições e do Desenvolvimento pela FEA-USP e Professora Adjunta de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da UFABC

1. Introdução

O desenvolvimento socioeconômico, por conta da grandeza de variáveis e perspectivas que o envolvem, constitui um fenômeno complexo, no seu sentido mais literal e também teórico-metodológico do termo. Por isso, métodos estáticos, lineares e equilíbristas¹ não seriam, em tese, os mais apropriados para lidar teoricamente com um tema que é inerentemente dinâmico, não-linear e sujeito a desequilíbrios e instabilidades.

O principal objetivo do artigo é destacar a idiosincrasia e complexidade de Michal Kalecki, tendo em vista, especialmente, uma relativa menor valorização de sua obra – o que em boa medida se explica por ter sido contemporâneo do que talvez seja o mais importante economista do século XX, John Maynard Keynes. Ademais, Kalecki não possuía origem aristocrática e sua língua de origem não era o inglês, o que certamente lhe colocou em desvantagem com relação a Keynes.

Partindo da Abordagem da Complexidade e de sua aplicação ao desenvolvimento, o artigo retoma a contribuição teórica de Michal Kalecki, que não apenas forneceu as bases para a consolidação da abordagem macroeconômica, assim como Keynes, como também se debruçou especificamente sobre questões relativas ao subdesenvolvimento. Nesse sentido, Kalecki também compõe o grupo dos pioneiros do

desenvolvimento, responsáveis pela base teórica do desenvolvimentismo clássico². E, assim como boa parte deles, apresenta elementos de complexidade em sua abordagem teórica (CARDOSO, 2012; CARDOSO, 2016).

O artigo está dividido em três seções, além dessa introdução e das considerações finais. Na seção 2, realiza-se algumas considerações teóricas mais gerais sobre a definição de desenvolvimento socioeconômico. Na seção 3 apresenta-se, com base em alguns autores relacionados à Abordagem da Complexidade, o tratamento teórico-metodológico que tal concepção teórica tem direcionado à temática do desenvolvimento (subseção 3.1), do subdesenvolvimento (subseção 3.2) e das possibilidades de escapar da armadilha do subdesenvolvimento (subseção 3.3) – apesar de, dado seu caráter recente, ser algo em processo de construção. Na seção 4, dedicada a Kalecki, destaca-se a contribuição teórica do autor, em cuja abordagem são observáveis elementos de complexidade desde a sua teoria macroeconômica até sua teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Nas considerações finais, argumenta-se, então, porque Kalecki foi além de Keynes.

1 Cf. Macedo e Silva (1995).

2 Embora Keynes não tenha discutido diretamente o contexto do subdesenvolvimento, sua abordagem teórica, assim como a de Schumpeter, constituiu base para os autores que fundamentaram a Economia do Desenvolvimento. Schumpeter será abordado na primeira subseção da próxima seção.

2. Desenvolvimento socioeconômico: algumas considerações teóricas

Antes de passar efetivamente ao tratamento da Abordagem da Complexidade a respeito das temáticas subjacentes ao desenvolvimento socioeconômico, mostra-se pertinente tecer algumas breves considerações teóricas a respeito do que se considera, no escopo do presente trabalho, como desenvolvimento e subdesenvolvimento socioeconômicos.

Tendo a *Teoria do Desenvolvimento Econômico* de Schumpeter como referência, considera-se que o desenvolvimento econômico possui um caráter de mudança revolucionária e, por isso, não passível de tratamento adequado pela análise estática. Sob a ótica schumpeteriana, o desenvolvimento econômico é um processo que envolve, obrigatoriamente, uma grande inflexão ou ruptura da economia, que cria e alimenta incertezas³. Ao final do processo, a economia deve, necessariamente, estar melhor do que antes, sendo esse um processo de mudança necessariamente qualitativa, embora envolva também, em geral, mudanças quantitativas. Essa indicação de necessidade de mudança qualitativa é crucial, na medida em que se coaduna com uma perspectiva mais abrangente do processo de desenvolvimento e com as transformações que este envolve, extrapolando considerações relativas somente ao crescimento.

Outra delimitação teórica fundamental derivada de Schumpeter é o aspecto endógeno do desenvolvimento, embora, obviamente, este envolva a interação de fatores internos e externos. Nas palavras do próprio autor, “Entenderemos por ‘desenvolvimento’, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe foram impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa.” (SCHUMPETER, 1912, p. 47). Do autor, pode-se derivar também o caráter necessariamente cumulativo do processo de desenvolvimento, pois “Todo processo concreto de desenvolvimento repousa sobre o desenvolvimento precedente” (*idem ibidem*), não se tratando, portanto, de um resultado natural ou espontâneo – por conta das características expostas, o desenvolvimento envolve transformações qualitativas, resulta de mecanismos endógenos e está sujeito a processos cumulativos.

Partindo dessa definição schumpeteriana de desenvolvimento como base, considera-se como processo de desenvolvimento socioeconômico a ocorrência de mudanças na estrutura produtiva de determinada economia, relacionadas especialmente a incrementos na produtividade do trabalho, que desencadeiem mudanças qualitativas determinadas, quais sejam, relativas principalmente a melhoras não apenas absolutas,

³ Nas palavras de Schumpeter, “Enquanto no fluxo circular habitual todo indivíduo pode agir pronta e racionalmente [...] ele não pode simplesmente fazer isso quando se defronta com uma nova tarefa.” (SCHUMPETER, 1912, p. 57).

mas especialmente relativas, nas condições de vida da maior parte da população, ou, ainda mais especificamente, daqueles relativamente mais pobres (CARDOSO, 2012). Em outras palavras, o processo de desenvolvimento seria efetivo quando, como resultado de mudanças na estrutura produtiva e de incrementos de produtividade, fosse observada uma diminuição significativa na desigualdade distributiva de renda e riqueza, impactando positivamente, especialmente, sobre o nível de vida dos relativamente mais pobres.

Mostra-se ainda importante notar que a *TDE* de Schumpeter foi desenvolvida a partir do contexto dos países centrais (ou já desenvolvidos). Nesses países, as mudanças revolucionárias já ocorreram no contexto do desenvolvimento. Já no contexto do subdesenvolvimento, a ruptura necessária para atingir como resultado final uma economia desenvolvida envolveria uma transformação de natureza mais profunda e, por isso, necessariamente brusca. Como transformar a velha ordem (subdesenvolvimento) numa nova ordem (desenvolvimento)?

Vale destacar que nem todas as variáveis de interesse ao tema estão no escopo da Economia, o que, na verdade, é algo esperado, em virtude da própria noção de que o desenvolvimento (ou a ausência dele) é resultado de elementos de diversas naturezas, objetos de outras ciências. Entretanto, muitas dessas variáveis estão no

escopo da Economia (Política), como os mecanismos que implicam a distribuição de renda e a riqueza ou a natureza, a origem e o direcionamento dos recursos que financiam o processo produtivo e as inovações tecnológicas. Essas variáveis, portanto, podem e devem ser objeto de políticas econômicas que visem o desenvolvimento socioeconômico, especialmente no contexto das nações subdesenvolvidas. Pois, nesses casos, a mudança a ser empreendida para se configurar um processo de desenvolvimento deve ser profunda o suficiente para retirar essas nações dos círculos viciosos e/ou das causalidades cumulativas que compõem a armadilha do subdesenvolvimento⁴. Mudanças marginais ou com baixo poder de transformação e propagação, apesar de poderem implicar alterações qualitativas, não seriam suficientemente fortes para romper a barreira do subdesenvolvimento. É como mudar para continuar o mesmo, o que seria suficiente no contexto do desenvolvimento. Já no contexto do subdesenvolvimento, a questão é como se transformar numa economia madura, superando aquela condição definitivamente.

Na próxima seção, discute-se algumas possíveis implicações da Abordagem da Complexidade à discussão do desenvolvimento.

⁴ O termo armadilha do subdesenvolvimento é de autoria de Celso Furtado: "A Armadilha Histórica do Subdesenvolvimento", texto contido em Furtado (1992).

3. Complexidade, desenvolvimento e sub-desenvolvimento

3.1. Entropia, ordem, conhecimento e a origem da riqueza

A Abordagem da Complexidade é fonte de uma perspectiva mais inclusiva do desenvolvimento justamente pela sua abertura explicativa e pela incerteza que dela deriva. Assim como no mundo natural, segundo Geyer e Rihani (2010), a evolução das nações realiza-se como uma atividade cíclica com três componentes: sobrevivência, adaptação e aprendizado. A sobrevivência requer uma estrutura estável maleável, o aprendizado significa o acúmulo e a aplicação de conhecimento relevante, e a adaptação relaciona-se com mudanças que melhoram o desempenho e promovem a sobrevivência. Portanto, o sucesso depende de um balanceamento entre a maleabilidade e a estabilidade, de modo a evitar a destruição das estruturas do sistema em virtude de choques, porém, ao mesmo tempo, não se pode impedir o processo de adaptação e, conseqüentemente, de evolução. Assim, segundo os autores, “[...] sob a perspectiva da Complexidade, o desenvolvimento é um lento, tortuoso e longo processo que dificilmente pode ser apressado.” (GEYER & RIHANI, 2010, p. 137; tradução livre).

Beinhocker (2006) constitui-se em referência importante para a aplicação da Abordagem da Complexidade ao desenvolvimento. As questões

por ele exploradas – “O que é riqueza?”, “Como ela é criada?”, “Como ela pode ser incrementada?” – estão, segundo o autor, entre as mais importantes questões para a sociedade, e entre as mais antigas da Economia. A sua tese central é a de que respostas significativamente novas a essas questões fundamentais começaram a emergir em virtude de desenvolvimentos, nas últimas décadas, de novas linhas de pesquisa, tal como a Abordagem da Complexidade.

Referindo-se a Georgescu-Roegen (1971), Beinhocker destaca que seu grande *insight* residiu no reconhecimento de que a atividade econômica refere-se, fundamentalmente, à criação de ordem realizada pelo próprio processo de evolução. E essa criação de ordem está relacionada à luta contra a entropia.

A 2ª Lei da Termodinâmica denota que o universo⁵ está inevitavelmente se movendo de um estado de baixa entropia para outro de alta entropia. Assim, deixado às suas próprias forças, o mundo sai de um estado de ordem para outro de desordem. No entanto, se for imputada energia a um determinado sistema – caso dos sistemas abertos –, pode-se enfrentar temporariamente a entropia crescente e criar ordem nesse sistema. Como implicação importante, para

⁵ Entendido como o sistema que engloba todos os sistemas. No caso desse artigo, o universo é o sistema político-econômico mundial, que engloba todos os sistemas econômicos nacionais, cada um deles encarados como sistemas adaptativos complexos. Essa ideia será retomada e desenvolvida no evolver dessa subseção.

evitar a sua dissipação e o seu decaimento, um sistema aberto⁶ deve, por um lado, manter um fluxo de energia dentro dele para poder enfrentar a entropia⁷. Por outro lado, a entropia desse sistema acaba sendo exportada novamente para o universo na forma de calor e resíduos, implicando que a entropia total do universo continua sempre a aumentar.

Apesar da conotação teórica com aparência de ciência natural, trazer a discussão de entropia para alargar a compreensão do funcionamento dinâmico do sistema econômico mostra-se bastante profícua e esclarecedora. Ademais, vale ressaltar que falar de entropia no contexto do sistema econômico não significa importar mais uma metáfora de outras ciências. Como bem advertira Georgescu-Roegen, os sistemas econômicos existem no mundo físico real e, portanto, devem obedecer à mesma lei de entropia que rege todos os outros sistemas que compõem o universo.

Beinhocker destaca três importantes observações feitas por Georgescu-Roegen que subsidiariam uma conexão entre a ideia de economia como um sistema complexo e evolucionário com a questão da origem e geração da riqueza: (i) os processos que criam valor econômico são irreversíveis; (ii) qualquer processo econômico necessita de energia para transformar matérias-primas e informação em bens e serviços mais elaborados; e (iii) apesar da criação de produtos

e serviços ser uma atividade inerente de criação de ordem, nem toda ordem possui valor econômico.

A partir dessas três observações, Beinhocker define aquelas que seriam as três condições, alcunhadas por ele de *condições G-R*, para levar à criação de valor econômico: (i) irreversibilidade⁸: todas as transformações e transações criadoras de valor econômico são termodinamicamente irreversíveis; (ii) entropia: todas as transformações e transações criadoras de valor econômico reduzem, localmente, a entropia dentro do sistema econômico, mas, ao mesmo tempo, incrementam a entropia globalmente; e (iii) adequação: todas as transformações e transações criadoras de valor econômico produzem artefatos e/ou ações que se adequam aos propósitos humanos.

Desse exercício teórico, Beinhocker conclui que toda riqueza é criada por processos termodinamicamente irreversíveis e redutores de entropia,

6 Este conceito será retomado adiante.

7 “A presença de energia livre é o que habilita um sistema adaptativo complexo [...] a permanecer longe do equilíbrio, a criar ordem e ser dinâmico no decorrer do tempo. Se essa energia for removida, a entropia predomina e o sistema decai, e eventualmente atinge um estado estático ou de equilíbrio” (BEINHOCKER, 2006, p. 70; tradução livre).

8 Importante observar que a afirmação de que as transformações ou processos criadores de valor econômico são dinamicamente irreversíveis não significa que é impossível reverter um processo criador de valor, e sim que se necessita de energia tanto para fazer, quanto para se desfazer algo. Portanto, em sistemas econômicos, o tempo tem necessariamente uma direção, daí a sua irreversibilidade dinâmica (*ibidem*, p. 305).

sendo o ato de criar riqueza um ato de criação de ordem, embora nem toda criação de ordem seja geradora de riqueza. A coevolução das tecnologias físicas, das tecnologias sociais e dos negócios selecionariam as formas de ordem que se adequem aos propósitos dos homens.⁹ Nas palavras do autor, “Riqueza é então uma forma de antientropia. É uma forma de ordem, mas não de qualquer ordem – é uma ordenação adequada.” (BEINHOCKER, 2006, p. 316; tradução livre).

Se a riqueza é uma ordenação adequada, Beinhocker sugere uma palavra mais familiar para descrevê-la: conhecimento. Conhecimento é informação com utilidade, ou seja, com a qual se pode fazer algo ou se realizar algum propósito. Então, a origem da riqueza – questão norteadora do autor, presente desde a origem da Ciência Econômica – seria o próprio conhecimento. Em poucas palavras, a riqueza das nações equivaleria ao conhecimento que estas acumularam e detêm, bem como ao grau de complexidade e ordenação que atingiram, como resultado do processo evolutivo pelo qual passaram, envolvendo a interação de variáveis sociais, estruturais, culturais e institucionais. No mesmo sentido, e ainda mais recentemente, a contribuição de Hausmann, Hidalgo *et al.* (2015) presente no *Atlas da Complexidade*, relaciona a complexidade econômica com o grau de desenvolvimento. Os autores assim definem complexidade:

Em última análise, a complexidade de uma economia está relacionada com a multiplicidade de conhecimentos úteis incorporados nela. Para que uma sociedade complexa exista, e para sustentá-la, as pessoas que sabem sobre *design, marketing*, finanças, tecnologia, gestão de recursos humanos, operações e direito comercial devem ser capazes de interagir e combinar seus conhecimentos para produzir. Esta mesma produção não pode ser feita em sociedades em que estão faltando partes deste conjunto de recursos. A complexidade econômica, portanto, é expressa na composição da capacidade produtiva de um país e reflete as estruturas que emergem para manter e combinar o conhecimento (2015, p. 18; tradução livre).

Sobre o caminho evolutivo percorrido (e a ser percorrido) pelas nações para gerarem riqueza e desenvolvimento, vale ressaltar que, se cada sistema econômico nacional é resultado de uma trajetória histórica particular, deduz-se que não existe um único caminho (e linear) para o desenvolvimento, ou uma receita de sucesso que valha em qualquer contexto.

A Abordagem da Complexidade possibilitaria um tratamento teórico relativamente

⁹ Pelo caminho evolucionário, Nelson realiza uma abordagem semelhante, embora se refira estritamente a crescimento econômico: “A nova teoria evolucionária do crescimento que está emergindo encara o crescimento econômico como resultado da coevolução de tecnologias, de estruturas de firma e industriais, e de instituições de fomento e governamentais. Eu sugiro que uma teoria satisfatória dos processos envolvidos no crescimento econômico deve considerar todos esses três aspectos, e que a dinâmica dirigente envolve sua interação” (NELSON, 2008, p. 13; tradução livre).

diferenciado do desenvolvimento, na medida em que, ao postular um novo paradigma científico, altera a estrutura fundamental das teorias lineares. O arcabouço teórico da Abordagem da Complexidade contempla o fato de que os mundos natural e humano combinam ordem e desordem, certeza e incerteza, previsibilidade e imprevisibilidade, em um sistema complexo adaptativo, que não se conforma a leis universais, regras ou prescrições políticas rígidas. O que, novamente, joga luz sobre a necessidade de considerar a heterogeneidade dos sistemas e de seus elementos componentes, sendo essa uma questão fundamental para tratar de desenvolvimento, especialmente no contexto do subdesenvolvimento.

Brunner e Allen (2009) ressaltam que o desenvolvimento refere-se a intervenções em um sistema altamente complexo chamado sociedade, da qual o sistema econômico é apenas uma parte componente. Essas intervenções, altamente sujeitas a incertezas, requerem uma compreensão abrangente dos processos de auto-organização que condicionam o sistema econômico, nos níveis micro e macroeconômico. O que levaria à mudança estrutural e, conseqüentemente, ao desenvolvimento, seria a reconfiguração das conexões econômicas entre os agentes.

De acordo com Badcock, o desenvolvimento, sob a perspectiva da Abordagem da Complexidade, não tem nem começo, nem fim; é sempre

inesperado e com seu resultado em aberto. O desenvolvimento consiste, conforme sintetizam Rihani e Geyer, em “[...] um vagaroso processo de exploração de possibilidades.” (RIHANI & GEYER, 2001, p. 45; tradução livre). Por isso, também, não há uma única lei universal de desenvolvimento, pois, conforme dito anteriormente, cada país compõe (e compõe) seu próprio processo de evolução.

Portanto, para que as políticas que objetivem o alcance e a manutenção do desenvolvimento possam ser bem sucedidas, elas devem ser necessariamente elaboradas levando em consideração tanto as especificidades do sistema econômico nacional – ou seja, os seus fatores internos – em que serão aplicadas, quanto a natureza de sua inserção no sistema econômico mundial – ou os fatores externos.

Conforme destacam Geyer e Rihani, ao longo do tempo, embora o conhecimento aumente, os fenômenos físicos, biológicos e humanos são imprevisíveis e evoluem em novos padrões. Assim, embora os atores políticos possam saber mais, os sistemas que eles observam não são estanques. Pelo contrário, estão em permanente processo de evolução e de conseqüente reinterpretação. Por isso, o conhecimento, embora útil e poderoso, é sempre limitado e incompleto, e o processo de aprendizado nunca chega ao fim. Desse modo, para a consecução de políticas públicas, há que se ter em mente não um ponto

final a ser alcançado, mas sim uma busca e preparo contínuo no sentido de promover mudanças e ajustes nessas políticas, dentro de uma estrutura limitada, porém mutável. Os autores concluem que não há uma hierarquia estabelecida (e imutável) de conhecimento ou método nas ciências sociais. Entretanto, certos métodos são mais apropriados para lidar com determinados fenômenos do que outros.

Rihani (2002) aponta que, como a Abordagem da Complexidade conduz à definição de desenvolvimento como um processo multifacetado, não linear, adaptativo e em andamento, estratégias de desenvolvimento que não decorram de interações e atividades locais não podem ser bem sucedidas, pois o sistema é ele mesmo sustentado pela energia proveniente das interações locais, sendo esse o único meio pelo qual o sistema pode fazer frente às forças que o conduziriam ao caos, tal como indicado pela 2ª Lei da Termodinâmica. Em outras palavras, é por meio de seus fatores internos que as nações podem fazer frente aos fatores externos que sobre elas exercem influência, e é justamente desse processo de embate que pode emergir ou não o seu desenvolvimento.

O desenvolvimento, segundo Badcock, precisa promover diversificação no âmbito local para possibilitar que interações profícuas floresçam. Ademais, a estratégia de desenvolvimento precisa incluir o desenvolvimento humano – ou

seja, melhorar os padrões de saúde, nutrição, alfabetização, democracia e governança –, pois, conforme argumenta Rihani, nenhum desenvolvimento seria possível se a maioria da população de determinada nação não estivesse apta a dirigir seus esforços para esse fim. Essa observação é fundamental porque o conhecimento local específico pode auxiliar no processo de desenvolvimento de uma maior diversidade e interação. De acordo com Badcock, uma grande variedade de recursos precisa ser incorporada ao sistema de modo a capacitá-lo a se auto-organizar e a se adaptar, assegurando-lhe resistência em situações futuras que possam vir a desestabilizar as suas estruturas.

Expandindo a discussão das desigualdades ao sistema político-econômico mundial, sobre o hiato crescente entre os países ricos e pobres, Rihani e Geyer argumentam que o próprio processo de acumulação de complexidade – de ordenação ou de riqueza – por parte das nações desenvolvidas fez com que elas se distanciassem cada vez mais das outras nações: “a complexidade média cresce e os com alta complexidade tendem a ganhar mais” (RIHANI & GEYER, 2001, p. 242; tradução livre).

Nesse mesmo sentido, estudos mais recentes, como o já referido *Atlas da Complexidade Econômica*, corroboram em boa medida com as hipóteses levantadas por autores como Beinbocker e Rihani e Geyer: o desenvolvimento

socioeconômico das nações teria relação direta com o grau de complexidade de sua estrutura produtiva, e uma das maneiras de visualizar seus efeitos está na observação da pauta exportadora dessas nações. Ora, essa foi uma conclusão a que também chegaram os pioneiros do desenvolvimento em meados do século XX – por isso, também, a identificação de elementos de complexidade no desenvolvimentismo clássico (CARDOSO, 2012).

Tendo em mente esse reconhecimento de que a desigualdade entre nações seria um resultado emergente e esperado do evoluir da dinâmica de interação dos diversos sistemas complexos adaptativos nacionais que compõem o sistema político-econômico mundial, na medida em que os sistemas complexos adaptativos estão sujeitos a retroalimentações positivas, passemos à discussão específica da emergência do subdesenvolvimento, sob uma perspectiva pautada pela Abordagem da Complexidade.

3.2. *Subdesenvolvimento e complexidade*

Da observação da composição do sistema político-econômico mundial, seria possível destacar que a emergência do subdesenvolvimento em algumas nações estaria organicamente interligada à emergência do desenvolvimento em outras. Contrariamente ao que sugeriria uma perspectiva linear do processo de desenvolvimento, da qual se esperariam fases a seres cumpridas no *continuum*

subdesenvolvimento-desenvolvimento, conforme já advertira Prebisch (1949), a estrutura do sistema político-econômico mundial é caracterizada por dois grupos de países distintos, o centro e a periferia, não consistindo o subdesenvolvimento em uma fase rumo ao desenvolvimento, mas sim de parte componente dessa estrutura econômica mundial hierarquizada.

Parafraseando Chang (2002), será que a escada que leva ao desenvolvimento do sistema político-econômico mundial comporta que todos os sistemas nacionais subam por ela? Ou, pelo contrário, em virtude da força de diversos mecanismos cumulativos, essa escada necessariamente se rompe em alguns degraus, prendendo algumas nações no subdesenvolvimento? A Abordagem da Complexidade pode contribuir para: a compreensão da emergência, por um lado, de nações desenvolvidas, e, por outro, de nações subdesenvolvidas, bem como em que intensidade essas emergências estariam conectadas; e para vislumbrar meios pelos quais os círculos viciosos que resultam no subdesenvolvimento poderiam ser potencialmente rompidos.

Para a discussão da emergência do subdesenvolvimento sob a perspectiva da Abordagem da Complexidade, mostra-se pertinente retomar a 2ª Lei da Termodinâmica (2ª L. T.) e algumas das suas consequências para a discussão da dinâmica do sistema econômico. A consideração

da 2ª L. T. pela Física provocou grandes transformações relativas ao entendimento do funcionamento dinâmico dos sistemas. Relembrando o conceito, a 2ª L. T. estabelece que a entropia, medida de desordem sistêmica, é sempre crescente, e o universo como um todo está, inevitavelmente, alternando-se entre um estado de ordem e outro de desordem.

Derivado da 2ª L. T., e de especial interesse para a Economia, é o conceito de sistema aberto¹⁰, aquele no qual energia e matéria fluem dele e para ele, sendo que esse sistema pode se valer da energia e matéria que para ele fluem a fim de fazer frente à entropia e, assim, criar ordem, estrutura e padrões por um período de tempo.

A economia é um *sistema aberto desequilibrado* ou, mais precisamente, um *sistema complexo adaptativo*. Ademais, retomando a observação de Rihani e Geyer, sendo o desenvolvimento um problema de caráter complexo, as nações devem ser encaradas como sistemas complexos adaptativos próprios; e conforme sugerem os mesmos autores, Beinhocker e outros, o grau de complexidade de determinado sistema econômico relaciona-se diretamente à sua capacidade de gerar riqueza e de se desenvolver.

Nesse ponto, vale recuperar uma ideia aventada anteriormente. Adequando a explicação de Rihani e Geyer (2001), seria possível sugerir que, com vistas à sua evolução e desenvolvimento, uma nação, enquanto sistema complexo

adaptativo, precisa ser capaz de se adaptar às mutantes e instáveis condições internas e externas, de modo a emergir um resultado auto-organizado, qualitativamente melhor do que o inicial. Em outras palavras, a nação deve estar preparada para detectar e responder a mudanças que ocorrem dentro de sua sociedade, mudanças essas resultantes tanto da interação de seus próprios fatores internos, quanto desses fatores internos com os fatores externos, já que fazem parte de um sistema global, composto por outras nações que estão simultaneamente coevoluindo.

Assim sendo, para que um sistema econômico nacional – adaptativo e complexo – possa incrementar suas possibilidades de existir e persistir em um estado de complexidade auto-organizada, com capacidade de prosseguir satisfatoriamente na trajetória evolutiva, refletida em seus resultados de desenvolvimento, ele deve apresentar, como pré-requisito, ao menos elementos internos adequados.

Importante ponderar que, em se tratando de nações periféricas, se existe alguma margem possível de controle, ela se refere aos fatores internos. E se os próprios elementos internos, bem como as propriedades que deles emergem, não podem ser perfeitamente controlados, sobre

¹⁰ Um entendimento mais detalhado a respeito de sistemas abertos emergiu gradualmente ao longo do século XX e acelerou-se com a contribuição do químico russo Ilya Prigogine nas décadas de 1960 e 1970 (BEINHOCKER, 2006, p. 70).

os elementos externos, por seu turno, a margem de controle é praticamente nula. No entanto, em alguma medida, a combinação de fatores internos poderia, potencialmente, possibilitar um melhor tratamento dos efeitos provocados pelos fatores externos e da interação deles com os próprios fatores internos. Note-se, ademais, que a combinação dos fatores internos relacionar-se-ia com a capacidade que determinado sistema econômico possui de potencializar, internamente, o aproveitamento dos efeitos multiplicadores sobre a renda e o emprego. O que, por sua vez, incrementaria a possibilidade de promover transformações virtuosas, do ponto de vista do bem-estar social.

Conforme destacado anteriormente, o subdesenvolvimento não somente não é uma fase prévia ao desenvolvimento, como apresenta, na verdade, uma relação orgânica com ele. Ou seja, são resultados antagônicos, mas organicamente interligados. Valendo-se da abordagem teórica de que parte esse artigo, pensando o universo como o sistema político-econômico mundial e cada uma das nações componentes desse universo como um sistema adaptativo complexo único, seria possível derivar como explicação que as nações avançadas, ao diminuírem sua entropia, complexificarem-se e desenvolverem-se, teriam direcionado a sua desordem para os outros sistemas nacionais, dificultando o alcance da ordem, do incremento de complexidade e do desenvolvimento nesses – e, portanto,

criado alguns obstáculos à superação do seu subdesenvolvimento.

Os exemplos históricos da transferência de desordem das nações mais ricas às mais pobres, de modo a criar ordem interna, são diversos, e mostraram-se em diferentes roupagens ao longo do tempo¹¹. Esses diversos modos de transferência de entropia foram permitidos, especialmente, por conta da relação de dominação (bélica, econômica, política e/ou financeira) que os países centrais sempre mantiveram com os países periféricos. Como exemplo histórico mais marcante, talvez figure a própria relação comercial entre centro e periferia traduzida na tese Singer-Prebisch (Singer, 1950; Prebisch, 1949), com a periferia importadora de bens mais complexos do centro e exportadora de bens menos sofisticados, resultando num acúmulo de vantagens por parte do centro e num acúmulo de desvantagens por parte da periferia.

Os modos de transferência de desordem teriam permitido aos países centrais promover a sua ordem interna, por meio da potencialização dos seus efeitos multiplicadores internos, em virtude dos ganhos e vantagens permitidos pelas formas históricas de dominação. Quanto

11 Por exemplo, a transferência de maquinário obsoleto, a aplicação de capitais ociosos, a instalação da base de indústrias menos complexas e mais intensivas em mão de obra barata e, por fim, a própria relação comercial – importação de bens primários e exportação de bens mais elaborados –, dentre outros.

às nações subdesenvolvidas, pelo contrário, receptoras da entropia, o reflexo da desordem interna encontrar-se-ia, justamente, na não apreensão do potencial do efeito multiplicador interno e na perpetuação de várias formas de extrema desigualdade interna – seja em termos de classe, seja em termos regionais – e, conseqüentemente, no seu aprisionamento na condição de subdesenvolvimento.

3.3. Como romper com a armadilha do subdesenvolvimento?

Por conta do efeito das retroalimentações positivas observadas em sistemas complexos adaptativos – e das suas propriedades derivadas, tais como dependência de trajetória e aprisionamento –, se não houver intervenção e redirecionamento, de modo a quebrar a lógica própria desses efeitos cumulativos, a tendência é que o hiato entre as nações desenvolvidas e as subdesenvolvidas aumente, assim como os hiatos internos, relativos às desigualdades entre as classes e entre as regiões de determinado sistema econômico nacional.

No entanto, como tentar promover o redirecionamento da dinâmica dos sistemas nacionais cujo resultado tem sido a perpetuação do subdesenvolvimento? Qual seria a forma de intervenção? E a quem caberia? Em se tratando de um sistema adaptativo complexo, com alta dose de incerteza e com pequena margem de segurança com relação aos resultados de

determinada ação, seria necessário, pelo menos, um instrumento de ação de grande alcance e com alto poder de transmissão sistêmica.

Como primeira intuição, esse papel estaria reservado aos governos dessas nações que, por meio de políticas socioeconômicas, de garantias institucionais e de infraestrutura, poderiam reverter o processo de perpetuação de desigualdades. Essa também é a conclusão a que chegam os desenvolvimentistas clássicos (CARDOSO, 2012). A justificativa para essa atribuição é a de que só o Estado possuiria os meios e ferramentas adequados para provocar mudanças sistêmicas, cristalizados na feitura e execução de políticas públicas. Ademais, há que se acrescentar que, conforme observam Reis e Cardoso (2009), a efetivação dos condicionantes internos mais importantes para o desenvolvimento perpassa, necessariamente, pela existência de um Estado sustentado por uma coalizão social interessada em promover um projeto nacional de desenvolvimento.

Essa observação traz à tona ao menos o seguinte questionamento: como garantir que essa coalizão social seja em prol de políticas que visem o incremento de bem-estar da coletividade se, no caso das nações subdesenvolvidas, para as elites políticas e econômicas seria mais vantajoso manter o *status quo* de desigualdade

interna?¹² A observação é pertinente por conta da necessidade de ter em conta “[...] a crucialidade da postura das diversas classes sociais, principalmente da elite dominante, na determinação da natureza do desenvolvimento socioeconômico.” (REIS & CARDOSO, 2009, p. 256).

Embora não seja garantidor do resultado final, por natureza imprevisível e incerto, no sentido knightiano e keynesiano, sem um mecanismo redirecionador que faça frente aos mecanismos cumulativos que resultam em desigualdades entre as nações, as chances de que o resultado final emerja em forma de desenvolvimento são ainda menores.

Nesse sentido, talvez não haja na literatura uma assimilação tão instantânea quanto entre intervenção do Estado e Keynes¹³. Embora a sua reflexão tivesse sido construída no contexto de nações capitalistas desenvolvidas, Keynes (1926) havia sido bastante enfático, em sua metáfora sobre as girafas – referindo ao darwinismo –, sobre a emergência de desigualdades (embora sua reflexão restrinja-se aqui ao contexto interno das nações) e a necessidade de enfrentá-las:

Se levarmos a sério o bem-estar das girafas, não devemos menosprezar o sofrimento das de pescoços mais curtos, que morrem de fome, ou as folhas doces que caem no chão e são pisadas na luta, ou a superalimentação das de pescoços compridos, ou o mau-olhado de angústia ou cobiça agressiva que anuvia os semblantes suaves da multidão (KEYNES, 1926, p. 118).

É nesse sentido que Keynes aponta para a necessidade de deixar para trás os princípios metafísicos do *laissez-faire*, afirmando que a principal tarefa dos economistas talvez seja a de distinguir a *Agenda* do governo da *Não-Agenda*¹⁴. E a tarefa complementar da política é a de imaginar formas de governo democráticas que sejam capazes de realizar a *Agenda*. Em suas palavras, “Para o governo, o mais importante não é fazer coisas que os indivíduos já estão fazendo, e fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior, mas fazer aquelas coisas que atualmente deixam de ser feitas” (*ibidem*, p. 123). Keynes encarava o sistema econômico como um todo orgânico complexo (CARDOSO & LIMA, 2008); também por isso, não acreditava

12 Kalecki (1968), como será discutido na próxima seção, é enfático ao apontar as dificuldades de implementar determinadas políticas no contexto do subdesenvolvimento.

13 Não à toa, Keynes, assim como Schumpeter, será fonte de inspiração para o desenvolvimentismo clássico, que apresenta, como um dos principais pilares, justamente o intervencionismo estatal.

14 Ou ainda, já no contexto da *Teoria Geral*, Keynes aponta para problemas inerentes ao funcionamento da economia capitalista, sob a égide do princípio da demanda efetiva: “É verdade que a ‘lei dos mercados’ dele [Say] já foi abandonada há tempo pela maioria dos economistas, mas eles não se livraram de seus postulados básicos, particularmente de sua ideia errônea de que a demanda é criada pela oferta. Say estava supondo implicitamente que o sistema econômico está sempre operando com sua capacidade máxima, de forma que uma atividade nova apareceria sempre em substituição e não em suplementação a alguma outra atividade. Quase toda a teoria econômica subsequente tem defendido, no sentido de que ela tem exigido, esse mesmo pressuposto. No entanto, uma teoria com essa base é claramente incompetente para enfrentar os problemas do desemprego e do ciclo econômico” (Prefácio à Edição Francesa, *Teoria Geral*, pp. 11-12, 1936).

na infalibilidade do sistema de mercado em garantir resultados econômica e socialmente desejáveis. Além disso, o princípio da demanda efetiva, em contraposição à Lei de Say, implica uma dinâmica imprevisível e com resultados em aberto, tornando a tarefa de planejamento, feitura de políticas econômicas e elaboração de estratégias de desenvolvimento ainda mais complexa.

Também no sentido da justificativa da intervenção do Estado, e partindo igualmente do princípio da demanda efetiva, Kalecki contribuiu sobremaneira para a abordagem macroeconômica. E, para além de Keynes, debruçou-se especificamente sobre o subdesenvolvimento. A identificação de algumas causas cumulativas e/ou alguns círculos viciosos característicos do contexto de subdesenvolvimento impossibilitariam o escape dessa condição de forma espontânea, requerendo, para tal, uma intervenção direta e planejada por parte dos governos.

É justamente sobre Kalecki que o foco se volta na próxima seção.

4. Kalecki, complexidade e subdesenvolvimento

Kalecki, além de ser considerado pioneiro do desenvolvimento econômico, na medida em que se debruçou especificamente sobre os problemas das regiões subdesenvolvidas, construindo para tal uma abordagem teórica própria, é, ao lado

de Keynes, precursor de uma abordagem de teoria econômica crítica ao *mainstream*, fundadora da macroeconomia moderna e base da abordagem macroeconômica heterodoxa subsequente. Além de também ter definido o princípio da demanda efetiva, bem como suas implicações analíticas e dinâmicas relativas ao sistema econômico – e por isso, permitido uma maior apreensão teórica da complexidade da economia capitalista –, diferentemente de Keynes, adentrou a discussão de questões distributivas e buscou, explicitamente, a formação de uma teoria dinâmica de crescimento, o que o torna ainda mais interessante, em termos teóricos, à discussão do subdesenvolvimento.

Kalecki reconhecia em sua formulação teórica a divisão da sociedade em classes, trazendo implícitas, nas suas teorias dos preços e da distribuição da renda, as relações de poder (de mercado ou de classe) típicas do sistema capitalista. Portanto, adiciona um grau de heterogeneidade que não estava presente na abordagem de Keynes. Sobre essa questão, diz Robinson: “Com esse pano de fundo, Kalecki enfatizou, muito mais do que Keynes, o elemento político¹⁵ em todos os desenvolvimentos econômicos

¹⁵ Sobre a relação entre Keynes e Kalecki, relata ainda Miglioli: “De volta à Inglaterra, Kalecki esteve com Keynes, de quem foi solicitar ajuda – por instância de Joan Robinson, amiga de ambos – para obtenção de um emprego. Esse encontro de nada serviu para aproximá-los. Em primeiro lugar, Keynes considerava Kalecki um simples discípulo seu (nessa época, a Teoria Geral estava em plena moda entre os economistas ingleses); em segundo lugar, e isto era mais importante, suas posições sociais e políticas eram diferentes; como notou Joan Robinson, “Keynes não simpatizava com as ideias políticas de Kalecki” (MIGLIOLI, 1980, p. 11).

e colocou no centro do argumento a questão clássica, a qual Keynes estava inclinado a não tratar, a respeito da divisão da produção mundial entre as classes da comunidade” (ROBINSON, 1974, p. 8; tradução livre).

Embora o intuito principal dessa seção seja discutir a obra de Kalecki na área de Economia do Desenvolvimento, vale tecer algumas considerações sobre a contribuição teórica do autor à teoria econômica em geral. Essa contribuição compõe um preâmbulo importante à discussão a ser realizada subsequentemente e, inclusive, apresenta alguns paralelos potenciais com a Abordagem da Complexidade.

Diferentemente de Keynes, Kalecki desenvolveu sua teoria sem qualquer influência marshalliana. A sua principal influência teórico-metodológica foi Marx, do qual extraiu as categorias propriamente econômicas, tais como a diferenciação entre capitalistas e trabalhadores, os conceitos de consumo (de capitalistas e trabalhadores) e de investimento (dos capitalistas) e a sua causalidade específica, relacionada ao problema da reprodução.

A teoria de preços de Kalecki (1954a) explicita a distribuição de poder de mercado, destacando os diferentes graus de monopólio e, por conseguinte, abandonando completamente a hipótese de concorrência perfeita e de homogeneidade entre os agentes econômicos. Conforme observam Possas e Baltar (1981), o poder de fixação de

preços refletido no grau de monopólio sintetiza a complexidade das relações de concorrência entre as empresas, da relação destas com suas fornecedoras e com seus trabalhadores. Também nesse sentido, como bem enfatiza Dutt (2001), Kalecki contesta, de maneira mais direta, os microfundamentos da teoria microeconômica neoclássica, o que novamente permitiria extrair de sua contribuição teórica elementos adicionais de complexidade. Nas palavras de Dutt:

Uma definição mais ampla de microfundamentos é aquela que não insiste na otimização, mas considera cuidadosamente o comportamento das unidades individuais tomadoras de decisão no desenvolvimento da teoria macroeconômica. A cuidadosa análise kaleckiana do comportamento das firmas quanto à determinação de preço, suas ideias sobre as atividades de investimento, os bancos e o comportamento dos sindicatos podem servir de base adequada para o fornecimento desses microfundamentos, em um esforço baseado num trabalho empírico cuidadoso e que leve em conta o ambiente macroeconômico em que esses agentes operam (DUTT, 2001, p. 63).

No que se refere à formulação do princípio da demanda efetiva, Kalecki distingue o padrão de gastos entre as classes, adicionando, portanto, mais um nível de heterogeneidade ao seu esquema analítico. A consideração da heterogeneidade dos agentes econômicos por parte de Kalecki afasta sua abordagem da hipótese clássica de agente representativo e, em boa medida, a aproxima da Abordagem da Complexidade,

que tem, como hipótese, a heterogeneidade dos agentes, implicando à sua interação uma importante fonte de efeitos de retroalimentação e, por conseguinte, inviabilizando a adoção dos métodos analíticos agregativos da abordagem macroeconômica convencional (PRADO, 2006).

O padrão de gastos definido por Kalecki está composto por investimento, consumo dos capitalistas e consumo dos trabalhadores. Baseado no esquema de três departamentos – produtores de bens de investimento, de bens de consumo dos capitalistas e de bens de consumo dos trabalhadores – e considerando a hipótese simplificadora de que os trabalhadores gastam tudo o que ganham, o autor apresenta o resultado de que os capitalistas ganham o que gastam. Esse esquema de três departamentos proposto por Kalecki permitiria ainda aplicações de caráter dinâmico. Possas e Baltar enfatizam que o esquema de três departamentos deixaria em aberto a possibilidade de uma análise setorial dinâmica de integração analítica micro e macroeconômica, tal como realizado por alguns trabalhos relativamente recentes.

Ademais, ainda de acordo com Possas e Baltar, a eliminação das hipóteses simplificadoras sobre os gastos dos trabalhadores não alteraria essencialmente as conclusões a respeito do funcionamento da demanda efetiva a que chega Kalecki, pois o crucial é a ideia de que o gasto capitalista é, por excelência, autônomo, na medida em

que só os capitalistas investem. Assim sendo, no esquema kaleckiano, a distribuição funcional da renda seria uma variável importante para compor a análise das implicações dinâmicas do princípio da demanda efetiva.

Sobre a dinâmica implicada pelo princípio da demanda efetiva segundo a perspectiva de Kalecki, o essencial a destacar é justamente a determinação da renda pelos gastos¹⁶. Os gastos determinam a renda – via processo multiplicador e, portanto, o resultado final está em aberto –, dados parâmetros estruturais como a propensão a consumir das classes, e a distribuição de renda. O investimento, quando realizado, geraria, simultaneamente, a poupança necessária para financiá-lo. Dessa forma, a relação entre poupança e investimento, também a partir do princípio da demanda efetiva, dever ser vista como uma identidade contábil, acrescida de uma relação de determinação causal do último para aquela. No entanto, vale observar que a elasticidade de produção e a existência de capacidade ociosa seriam requisitos essenciais para que o nível de produção real pudesse se ajustar ao nível de demanda efetiva, ainda que, em termos nominais, a determinação fosse imediata e verdadeira. Essa observação é importante, pois,

¹⁶ Vale dizer que, diferentemente de Keynes, a dedução do princípio da demanda efetiva realizada por Kalecki não traz explícitos o processo de formação de expectativas e a incerteza, o que poderia ser consequência do fato de o conteúdo temporal no modelo de Kalecki possuir natureza puramente contábil e *ex post*.

como será discutido adiante, a insuficiência de capacidade produtiva dos países subdesenvolvidos implicaria a necessidade de um tratamento teórico diferenciado, no qual não valeria, desde sempre, o princípio da demanda efetiva.

Como uma das implicações mais marcantes do modelo kaleckiano, note-se o papel dual do investimento que, ao mesmo tempo em que gera estímulos, via investimento, à demanda agregada, cria capacidade produtiva, de modo que o segundo efeito poderia se constituir em um desestímulo à consecução de novos investimentos. Assim sendo, no caráter dual do investimento residiria parte da explicação das flutuações no nível de atividade econômica. Por fim, como destacado por Possas (1987), a conclusão a que chega Kalecki ao final da discussão da sua teoria da dinâmica econômica, de que a explicação para a tendência de crescimento de longo prazo do sistema capitalista residiria nos chamados fatores de desenvolvimento¹⁷, dentre eles o progresso técnico, abriria um flanco para a complementaridade analítica da teoria dinâmica de Kalecki e da teoria do desenvolvimento de Schumpeter, compondo a primeira a esfera de explicação macroeconômica¹⁸, e a segunda, a esfera de explicação microeconômica. Para Kalecki, as inovações possuiriam um efeito atrativo, semelhante ao incremento dos lucros, para a realização de novos investimentos.

Não obstante, conforme ressaltado pela discussão apresentada a seguir, baseada em Kalecki enquanto pioneiro do desenvolvimento, as conclusões apresentadas no parágrafo anterior seriam perfeitamente aplicáveis ao contexto das nações desenvolvidas. Sobre esse ponto, Dutt (2001) resalta que a mudança tecnológica, interpretada por Kalecki em um sentido schumpeteriano, estimulava o nível de atividade econômica ao estabelecer um impulso para os planos de investimento, querendo dizer que “Nos modelos de Kalecki, o crescimento é determinado por fatores do lado da demanda, uma vez que a oferta não restringe a economia, nem mesmo no auge do ciclo” (DUTT, 2001, p. 33). De outro modo, no contexto do subdesenvolvimento, como bem destacado pelo pioneiro Kalecki, as restrições de oferta em virtude de gargalos na estrutura produtiva constituem problemas cruciais.

Por outro lado, mesmo na sua *Teoria da Dinâmica Econômica*, Kalecki (1954) já abordara o papel do governo e, inclusive, já deixara aberto o flanco de reflexão a respeito da relação entre nações centrais e periféricas:

17 Segundo Kalecki (1954, p. 128), “[...] os fatores de desenvolvimento, tais como as inovações, não permitem que o sistema se assente numa posição estática, gerando uma tendência ascendente a longo prazo. A acumulação de capital, que resulta do fato de que o investimento a longo prazo se encontra acima do nível da depreciação, por sua vez aumenta a amplitude da influência dos ‘fatores de desenvolvimento’, contribuindo dessa maneira para a manutenção da tendência a longo prazo.”

18 No modelo de integração micro-macro sugerido por Possas (1987), a teoria de Keynes também compõe a esfera de discussão macroeconômica.

O que foi dito acima demonstra claramente a significância dos mercados “externos” (inclusive os que são criados pelos déficits orçamentários) para uma economia capitalista. Sem esses mercados, os lucros são condicionados pela capacidade dos capitalistas de consumir ou de empreender o investimento de capital. O saldo da balança comercial e o déficit orçamentário é que permitem aos capitalistas auferir lucros acima de suas próprias compras de bens e serviços. A ligação entre os lucros “externos” e o imperialismo é óbvia... (KALECKI, 1954a, p. 40).

Passemos à discussão de Kalecki como pioneiro do desenvolvimento econômico. Os textos discutidos foram publicados entre meados da década de 1950 e o início da década de 1970, e apresentam conceitos e discussões importantes para compor a contribuição teórica de Kalecki sobre as particularidades do subdesenvolvimento.

Como bem destaca Kalecki (1960), o desemprego e o subemprego nos países subdesenvolvidos são de natureza inteiramente distinta. Eles resultam mais da limitação de capacidade produtiva do que da insuficiência de demanda efetiva. O autor aponta para o gargalo na oferta de bens de primeira necessidade (alimentos), que dependem da elasticidade (ou inelasticidade) da produção agrícola nessas nações. O resultado de qualquer crescimento no emprego implicaria, caso a produção agrícola não respondesse prontamente ao incremento de demanda, uma resposta inflacionária dos preços dos bens de primeira necessidade. Desse modo, para evitar a

pressão inflacionária e não agravar a questão do desemprego e do subemprego no contexto dos países subdesenvolvidos, far-se-ia necessária a expansão da produção agrícola¹⁹.

Kalecki (1968) explica, então, que o problema crucial das nações subdesenvolvidas é aumentar o investimento, não com o intuito de incrementar a demanda efetiva, mas sim de expandir a capacidade produtiva. Diz o autor:

O problema crucial das economias subdesenvolvidas é diferente. Não pretendemos negar que numa economia subdesenvolvida possa haver deficiência da demanda efetiva. Há muitos exemplos de países cujo equipamento de capital, apesar de diminuto, ainda assim é subutilizado. Entretanto, em contraste com as economias desenvolvidas, mesmo se esse equipamento for plenamente utilizado, não será capaz de absorver toda a força de trabalho disponível – do que resulta um padrão de vida muito baixo. Muito baixo não para todo mundo, é claro, mas certamente para as amplas massas da população [...] o principal problema sendo aqui a deficiência da capacidade produtiva, mais do que a anomalia de sua subutilização (KALECKI, 1968, p. 132).

Haveria, no entanto, ao menos três obstáculos ao incremento do investimento: (i) o próprio volume de investimento privado, que poderia não alcançar uma taxa desejável; (ii) poderia

¹⁹ Essa discussão a respeito do gargalo na oferta de alimentos remete também a Lewis (1954, 1955), que, partindo da hipótese de oferta ilimitada de mão-de-obra não qualificada, definiu a estrutura produtiva dual das economias subdesenvolvidas.

não haver recursos disponíveis para produzir mais bens de capital; e (iii) mesmo que as primeiras duas questões estivessem resolvidas, a fim de evitar uma potencial pressão inflacionária, restaria o problema de garantir uma oferta adequada de bens de primeira necessidade, especialmente em decorrência do aumento do nível de emprego.

Portanto, seria necessário planejar não somente o volume, mas também a estrutura do investimento, entre a produção dos bens de primeira necessidade, aqueles menos essenciais e os de capital, buscando, dessa forma, um relativo balanceamento entre os setores. Para tal, o autor indica que deveria haver uma intervenção governamental relativamente profunda, seja via investimento, seja via planejamento. Segundo Kalecki:

O investimento pode ser limitado não por causa das dificuldades de financiar seu crescimento sem causar inflação, mas pela falta de vontade dos empresários expandirem seus dispêndios em capital. Em tal situação, o investimento público adquire uma importância crucial para o processo de rápido desenvolvimento econômico [...]. (KALECKI, 1954b, p. 46; tradução livre).

Quanto a assegurar uma produção adequada de bens de primeira necessidade, segundo Kalecki (1968), sem que se observassem mudanças institucionais substanciais, relacionadas especialmente à posse de terra, não seria possível acelerar o desenvolvimento agrícola. Essa

observação é fundamental, na medida em que fundamentaria a necessidade de promoção de reforma agrária para racionalizar a produção agrícola²⁰. Também por conta do hiato entre o crescimento e a oferta de bens de primeira necessidade, bem como as dificuldades de saná-lo internamente, para Kalecki (1967), o crédito externo poderia ser importante, embora devesse estar sujeito a critérios de avaliação, assunto a ser discutido em parágrafo mais à frente.

Kalecki (1954b) discorre sobre as potenciais vantagens de importar capital. A quantidade de poupança necessária para financiar o investimento seria reduzida na medida em que se importasse capital, o que, por sua vez, diminuiria as pressões inflacionárias internas. A importação de capital seria ainda funcional para aliviar uma possível escassez de comércio externo, mesmo porque o próprio processo de desenvolvimento estabeleceria uma tendência constrangedora do balanço de pagamentos em virtude da necessidade de importações crescentes.

Nesse mesmo sentido, Kalecki (1970) destaca que os créditos externos afetariam não apenas a questão da oferta dos bens de primeira necessidade e o equilíbrio do comércio externo em outras *commodities*, mas também o problema

20 Além da intervenção do governo, planejando o volume e a estrutura dos investimentos e a superação das barreiras institucionais ao rápido desenvolvimento da agricultura, Kalecki (1968) indica ainda a necessidade de tributação adequada dos ricos.

do financiamento do investimento, reduzindo a necessidade de taxaço da importação dos bens menos essenciais, bem como dos grupos de mais alta renda, essa última requerida para diminuir justamente o consumo de bens menos essenciais. Por outro lado, se não fossem verificadas restrições à importação ou ao consumo de bens de luxo, a tendência ao direcionamento e à concentração de recursos para a satisfação do consumo ou para a produção desses bens continuaria posta. Por isso, mais uma vez, a necessidade de avaliar as condições de absorção de recursos externos.

Na prática, conforme adverte Kalecki (1954b), financiar o desenvolvimento por meio da importação de capital, no geral, incorreria em problemas frequentemente insuperáveis, relacionados ao balanço de pagamentos. Somar-se-ia a esse problema potencial a grande dificuldade que os países subdesenvolvidos encontrariam em estabelecer condições a eles mais favoráveis, ou ao menos mais seguras, relativas à importação de capital. Por isso, a importância de, no contexto do subdesenvolvimento, melhorar os termos comerciais, conforme argumentado na tese Singer-Prebisch.

Para avaliar a validade da ajuda externa, Kalecki e Sachs (1966) elencam inicialmente dois critérios a serem contemplados: se a ajuda externa implica uma melhora nas condições externas

de crescimento da nação que recebe o auxílio; e se a avaliação da ajuda externa baseia-se em um conhecimento satisfatório dos problemas relacionados ao desenvolvimento econômico da nação receptora.

Entretanto, Kalecki e Sachs ressaltam que haveria o risco do influxo de recursos externos ser dissipado em consumo adicional de bens de luxo. Assim, segundo os autores, há que se levar em consideração em que medida a entrada de ajuda externa melhorou não apenas a situação do balanço de pagamentos, mas se essa melhora foi funcional para remover os gargalos na oferta de bens de capital, de bens de primeira necessidade, de bens intermediários e, inclusive, de bens de luxo. Além disso, há que se questionar se os recursos financeiros adicionais foram instrumentais para elevar a taxa de crescimento via a permissão de uma maior taxa de investimento (relativamente aos recursos internos disponíveis) e se, em caso positivo, financiaram um acréscimo no consumo desses bens ou foram materializados em serviços sociais. Nesse sentido, os autores concluem que a ajuda externa pode ser considerada como utilizada adequadamente se incrementar, tudo o mais constante, os investimentos outros que não na produção de bens de luxo, e se aumentar, tudo o mais constante, o consumo de bens de primeira necessidade e/ou a produção de serviços sociais. Desse modo, como bem ressaltam os autores:

[...] o papel da ajuda externa somente pode ser avaliado no contexto de uma análise abrangente dos problemas do desenvolvimento do país receptor, visto como um todo. Essa análise requer a concepção de um plano e, por conseguinte, um planejamento abrangente deveria ser considerado como um pré-requisito de qualquer ação que se destinasse a uma utilização racional da ajuda externa disponível. (KALECKI & SACHS, 1966, p. 69; tradução livre).

Assim, em poucas palavras, a ajuda externa seria eficiente na medida em que contribuísse para resolver os hiatos entre a demanda e a oferta no processo de desenvolvimento da nação receptora dos recursos. Kalecki e Sachs indicam a necessidade da elaboração de um planejamento e avaliação prévios ao recebimento e captação de recursos externos.

Para Kalecki (1968), a grande diferença entre as nações desenvolvidas e as nações subdesenvolvidas fundamenta-se então na dotação de recursos disponíveis. Em suas palavras: “De um lado, os recursos existentes têm de ser mobilizados, e o capitalismo moderno aprendeu o truque de fazê-lo. De outro lado, os recursos têm de ser construídos, e isso requer profundas reformas que impliquem mudanças revolucionárias.” (KALECKI, 1968, p. 136; tradução livre).

Mudanças revolucionárias no sentido de Schumpeter (1912), retomando que, no contexto

do subdesenvolvimento, as mudanças teriam que ser impactantes o suficiente para retirarem as nações de uma condição inicial de atraso para resultar numa condição de desenvolvimento. Não à toa, Kalecki afirma: “a superação de todos os obstáculos ao desenvolvimento econômico enumerados acima significa mais do que a revolta criada no século XVIII pela Revolução Francesa” (1968, p. 136; grifos).

Entretanto, mesmo tendo em vista as grandes dificuldades a serem enfrentadas pelos países subdesenvolvidos para conseguirem empreender essas mudanças, Kalecki (1963) pondera de maneira otimista que, apesar dos grandes obstáculos, esses não seriam problemas insuperáveis. Dito de outro modo, a armadilha do subdesenvolvimento não seria intransponível, apesar do caminho dificultoso.

No entanto, enfatiza que, sem planejamento deliberado e reformas institucionais profundas, de modo a remover os obstáculos institucionais ao rápido crescimento – e à sustentabilidade do desenvolvimento –, de fato, seria tarefa impossível às nações subdesenvolvidas superarem suas dificuldades. Nesse sentido, Kalecki aproxima-se dos estruturalistas latino-americanos: sem a implementação de reformas estruturais – como mudanças no sistema tributário e na posse de terras, por exemplo, que impactem o padrão de distribuição de renda e riqueza tipicamente

desigual das economias subdesenvolvidas –, a superação da armadilha do subdesenvolvimento estaria ainda mais distante.

5. Considerações Finais: para além de Keynes

Da teoria de Kalecki sobre o desenvolvimento, é possível derivar explicações para a permanência da armadilha do subdesenvolvimento. São essas explicações que contemplam não apenas elementos econômicos – relacionados à estrutura produtiva e ao funcionamento do princípio da demanda efetiva –, mas também elementos sociais e políticos, refletidos na estrutura institucional – e nas relações de poder – das nações.

Como implicação normativa mais geral da abordagem de Kalecki, ressalte-se a necessidade de intervenção direta do Estado – por meio do planejamento e efetivação dos investimentos e da promoção de reformas institucionais – para tentar fazer frente à tendência de permanência na condição de subdesenvolvimento. E, mesmo assim, sem a menor garantia sobre os resultados, constituindo-se, tão somente, em uma tentativa. De outro modo, na ausência de tentativas intencionadas, a tendência apontaria necessariamente para a perpetuação do subdesenvolvimento.

E no que, afinal, Kalecki se destaca com relação a Keynes?

Por meio da combinação da aplicação da Abordagem da Complexidade à discussão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento e da contribuição teórica de Kalecki enquanto pioneiro do desenvolvimento econômico, o artigo buscou argumentar, primeiramente, que a teoria kaleckiana coaduna-se com uma perspectiva complexa sobre o tema. Para o autor, que parte da diferenciação dos problemas de nações capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas, sem uma força que se contraponha à tendência cumulativa de perpetuação de desigualdades – ou sem a intervenção do Estado por meio de planejamento e promoção de reformas estruturais e institucionais profundas e/ou revolucionárias –, a tendência esperada é que as nações subdesenvolvidas mantenham-se aprisionadas na armadilha do subdesenvolvimento.

Desse modo, assim como a contribuição teórica de Kalecki no âmbito da macroeconomia já implicara uma abordagem mais adequada da apreensão do caráter dinâmico e complexo do sistema capitalista – tal como realizado por Keynes –, o mesmo pode ser dito a respeito da sua reflexão específica sobre a emergência, os problemas cruciais e a perpetuação do subdesenvolvimento. E é justamente nesse sentido que Kalecki foi além de Keynes.

Bibliografia

- BADCOCK, Abbie. "Can Complexity Save Development Theory?" in BOGG, Jan & GEYER, Robert (eds.). *Complexity, Science and Society*. New York: Radcliffe Publishing, 2007.
- BEINHOCKER, Eric. *The Origin of Wealth - Evolution, Complexity, and the Radical Remaking of Economics*. Boston: Harvard Business School Press, 2006.
- BRUNNER, Hans-Petter & ALLEN, Peter. "Complex Systems Modeling and International Development" In: ROSSER JR., John Barkley (ed.). *Handbook of Research on Complexity*. Cheltenham: Edward Elgar, 2009.
- CARDOSO, Fernanda Graziella. *A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da Abordagem da Complexidade*. Tese de doutorado. São Paulo: FEA-USP, 2012.
- _____. "Integração analítica da micro e da macroeconomia: algumas reflexões teórico-metodológicas", *Revista Economia e Sociedade*, v. 25, pp. 631-660, 2016.
- CARDOSO, Fernanda Graziella & LIMA, Gilberto Tadeu. "A concepção de Keynes do sistema econômico como um todo orgânico complexo", *Revista Economia e Sociedade*, v. 17 (3), pp. 359-381, 2008.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- DUTT, Amitava. "Kalecki e os kaleckianos: a relevância atual de Kalecki" In: POMERANZ, Lenina; MIGLIOLI, Jorge & LIMA, Gilberto Tadeu (orgs.), *Dinâmica Econômica do Capitalismo Contemporâneo: Homenagem a M. Kalecki*. São Paulo: Edusp, 2001.
- FURTADO, Celso. *Brasil - a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *The Entropy Law and the Economic Process*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- GEYER, Robert & RIHANI, Samir. *Complexity and Public Policy - a New Approach to 21st Century Politics, Policy and Society*. London/New York: Routledge, 2010.
- HAUSMANN, Ricardo; HIDALGO, César A; BUSTOS, Sebastián; CHUNG, Michele Coscia Sarah; JIMENEZ, Juan; SIMOES, Alexander; YILDIRIM, Muhammed A. *The Atlas of Economic Complexity - Mapping Paths to Prosperity*. Center For International Development at Harvard University, Harvard Kennedy School, Macro Connections MediaLab, MIT, 2015.
- KALECKI, Michal. *Teoria da Dinâmica Econômica. Coleção Os Economistas*, São Paulo: Editora Nova Cultural, 1987 (1954a).
- _____. "The Problem of Financing Economic Development" In: *Essays on Developing Economics*. Hassocks: The Harvester Press Limited, 1976 (1954b).
- _____. "Unemployment in Underdeveloped Countries" In: *Essays on Developing Economics*. Hassocks: The Harvester Press Limited, 1976 (1960).
- _____. "The Difference between Perspective Planning in Socialist and Mixed Economies" In: *Essays on Developing Economics*. Hassocks: The Harvester Press Limited, 1976 (1963).
- _____. "Observations on Social and Economic Aspects of Intermediate Regimes" In: *Essays on Developing Economics*. Hassocks: The Harvester Press Limited, 1976 (1967).
- _____. "A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas" In: MIGLIOLI, Jorge (org.). *Kalecki. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Editora Ática, 1980 (1968).
- _____. "Problems of Financing Economic Development in a Mixed Economy" In: *Essays on Developing Economics*, The Harvester Press Limited, (1970) 1976.
- KALECKI, Michal & SACHS, Ignacy. "Forms of Foreign Aid: an Economic Analysis" In: *Essays on Developing Economics*. Hassocks: The Harvester Press Limited, 1976 (1968).
- KEYNES, John Maynard. "O fim do laissez-faire" In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *Keynes. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Editora Ática, 1984 (1926).
- _____. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Coleção Os Economistas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985 (1936).
- LEWIS, Arthur. "O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra" In: AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. (org.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Cia Editora Forense, 1969 (1954).
- _____. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960 (1955).
- MACEDO E SILVA, A. "Lei de Say e demanda efetiva, equilíbrio e equilibrismo - algumas observações" In: *Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia - ANPEC*, Salvador, 1995.
- MIGLIOLI, Jorge. "Introdução" In: MIGLIOLI, J. (org.) *Kalecki. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Editora Ática, 1980.
- NELSON, Richard. "Economic Development from the Perspective of Evolutionary Economic Theory", *Oxford Development Studies*, vol. 36 (1), pp. 9-21, 2008.
- POSSAS, Mario Luiz. *A Dinâmica da Economia Capitalista: uma abordagem teórica*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- POSSAS, Mario Luiz & BALTAR, Paulo. "Demanda efetiva e dinâmica em Kalecki", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 11(1), abril, 1981.

PREBISCH, Raúl (1949). "O desenvolvimento econômico latino-americano e alguns de seus principais problemas" In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). Cinquenta anos de pensamento da CEPAL. Rio de Janeiro: Record, vol. 1, 2000.

REIS, Cristina Fróes de Borja & CARDOSO, Fernanda Graziella. "A crucialidade dos condicionantes internos: o desenvolvimento comparado das colônias temperadas inglesas entre 1850 e 1930", Revista Estudos Econômicos, v. 39 (2), pp. 329-357, 2009.

RIHANI, Samir. "Implications of adopting a complexity framework for development", Progress in Development Studies, vol. 2, nº 2, pp. 133-143, 2002.

RIHANI, Samir & GEYER, Robert. "Complexity: an appropriate framework for development?", Progress in Development Studies, vol. 1, nº 3, pp. 237-245, 2001.

ROBINSON, Joan. "Introduction" In: Essays on Developing Economics. Hassocks: The Harvester Press Limited, 1976 (1974).

SCHUMPETER, Joseph. A Teoria do Desenvolvimento Econômico. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1985 (1912).